

**JOÃO RIBEIRO RESPONDE: ESCOTEISMO, ESCOTISMO OU
ESCOTEIRISMO?
A SEÇÃO DE CONSULTAS DA REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA,
DE LAUDELINO FREIRE (1923)**

MARQUES, Andréa da Silva Santos.
andreetinho@hotmail.com

GALLY, Christianne de Menezes.(orientadora)
Graduada em Letras, Especialização em Língua Portuguesa, Mestre em História da Educação, Especialista de Língua Portuguesa FUNDESCOLA/MEC, prof^a do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes-UNIT e do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe-UFS.
Chrisfreitasgally@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar a seção de consultas da revista de língua portuguesa, dirigida por Laudelino Freire e publicada em 1923. Nelas, encontram-se incertezas e inquietações acerca do bom uso da Língua Portuguesa. Para responder às questões propostas por todo o povo brasileiro, eram convocados alguns membros pela própria Revista, ou ainda a partir do pedido do consulente que, às vezes, fazia questão de ter este ou aquele gramático ou filólogo como parecerista. Um deles é João Ribeiro que, apesar de ser considerado um purista lingüístico, depois de voltar da Alemanha, revê seus conceitos acerca deste purismo e deixa entrever em suas respostas uma certa condescendência com alguns usos populares da língua.

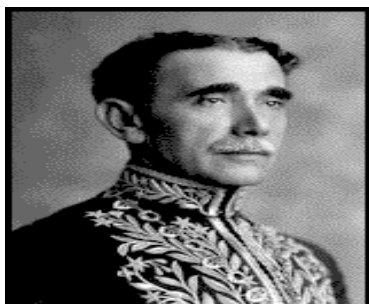
**JOÃO RIBEIRO RESPONDE: ESCOTEISMO, ESCOTISMO OU
ESCOTEIRISMO?
A SEÇÃO DE CONSULTAS DA REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA,
DE LAUDELINO FREIRE (1923)**

A descoberta da *Revista de Língua Portuguesa* só foi possível com a ajuda do projeto de pesquisa da professora Msc. Christianne Gally. Nós, orientandos, fomos apresentados a este periódico na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, onde se encontram alguns números. A partir daí, fizemos um levantamento sobre algumas das seções que constituíam a *Revista* e resolvemos trabalhar a seção de consultas, pois era muito parecida com o nosso atual “é certo ou errado” o uso de determinadas expressões ou palavras do nosso idioma.

A *Revista de Língua Portuguesa* foi publicada durante o período de setembro de 1919 a março de 1935, bimestralmente. Porém, houve duas tentativas para evitar o desaparecimento da publicação. Sob a direção de Laudelino Freire e a colaboração de gramáticos conhecidos e solicitados da época, a revista possuía várias seções: Consultas, Questões de Português, Regime de Verbos Portugueses etc. Excepcionalmente, em algumas edições, não foi publicada a seção de consultas. Conforme, Souza,

Um dos mais importantes periódicos da área filológico-gramatical no Brasil foi a *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire e publicada no período de 1919 a 1935, num total de sessenta e oito números, em suas três fases. Primeira fase, com 62 números, de 1919 a 1929; Segunda fase, com 4 números, de 1931 a 1932; e terceira fase, 2 números, 1935. (SOUZA, 2004)

LAUDELINO FREIRE



Laudelino de Oliveira Freire, Bacharel – Filho de Felisbello de O. Freire e D. Rosa de Araújo Góes Freire, e irmão do Dr. Felisbello Freire, já mencionado, nasceu a 26 de janeiro de 1873 na cidade de Lagarto.

Iniciou os estudos preparatórios no Lyceu Laranjeirense, dirigido pelo professor Balthazar Góes, na cidade de Laranjeiras, concluindo-os na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde fez todos os estudos de mathematicas superiores. Acometido de grave enfermidade teve de abandonar a vida militar para a qual não se sentia com vocação, resolvendo seguir a carreira de direito.

Diplomou-se em 1895 em ciências sociais na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1902, em ciências jurídicas.

Abraçou o magistério e a advocacia, sendo professor catedrático do Colégio militar e advogado notável no Rio de Janeiro. Foi eleito deputado à assembléia Legislativa do seu Estado natal para as legislaturas de 1894- 1895 e 1898 – 1899.

Em 1900 foi escolhido pelo governador do Estado de Sergipe para Fiscal das Loterias dos Estados na Capital Federal.

Presidiu o Grêmio Literário “24 de Julho” de Aracajú e é sócio efetivo da Ordem dos Advogados Brasileiros do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro desde 1917.

Tem colaborado nos seguintes periódicos: “Brasilea”. Revista, Rio de Janeiro, o “Republicano”, “Commercio de Sergipe”, “O Estado de Sergipe”, “Almanack Sergipano”, “Aracajú”, “O Paiz”, “Jornal do Commercio”, “Gazeta de Tarde”, “Almanack Garnier”, “Aspiração”, “Progresso Educador”, revista do Rio. Revista “Tobias e Ozório” – Escola Militar – Rio.

Fundou com o Dr. L. Carlos Duque Estrada a Revista do Instituto Didáctico em 1895 e foi redator chefe da “Revista Didactica”, cujo 1º numero apareceu em Janeiro de 1902.

Sob a sua direção saiu a:

- Revista da Língua Portuguesa. Archivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionaes. Publicação bimestral. Capital Federal. O 1º numero é de setembro de 1919, com 202 paginas . in 8º.

E ‘ correspondente literário do “Diário de Pernambuco” e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe.

Tem usado o pseudônimo Lof. Palavra formada das iniciais do seu nome.

Possuindo grande capacidade intelectual tem sido um dos nossos literatos mais operosos, revelando sempre uma força de vontade vencedora, sabendo conquistar no grande

meio em exercer sua admirável atividade, extraordinário prestígio como homem de letras. Assim é que tem a glória de ocupar na Academia Brasileira de Letras a cadeira que vagou com a morte o conselheiro Ruy Barbosa.

Cumpriu três mandatos como deputado estadual na Assembléia Legislativa de Sergipe, depois fixou-se definitivamente no Rio de Janeiro. Foi professor catedrático do Colégio Militar, tendo lecionado várias disciplinas (Português, Espanhol, Geografia, História e Geometria).

- Parecer apresentado a Assembléia Legislativa de Sergipe. Escreveu: sobre o projeto ferindo o dia 08 de Julho. Aracajú, outubro 26 de 1897. Em avulso – Está assinado também por outros deputados.

Foi um dos maiores defensores da simplificação da ortografia no Brasil. Em toda sua obra de escritor e de jornalista cultivou o português não com o espírito avaro do amator, e sim com a generosidade larga de uma vocação, divulgando os tesouros que descobria. Não era a gramática que ele venerava, e sim a história, o desenvolvimento, o espírito da língua.

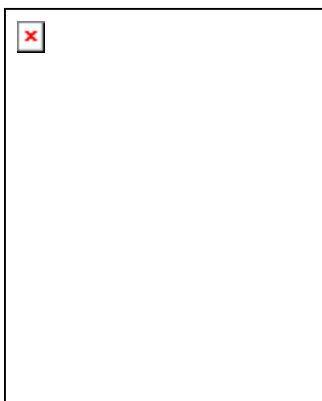
Em 1918 fundou a Revista de Língua Portuguesa, onde também dirigiu e publicou trabalhos de alto valor, quer literário, quer filológico, como a Réplica de Rui Barbosa. Os seus 68 volumes publicados são até hoje um subsídio para quem pretenda estudar a língua portuguesa.

Em 1920, a Liga da Defesa Nacional convidou-o a substituir Olavo Bilac, precocemente falecido, para proferir a conferência “A defesa da língua Nacional”, dentro da programação da Liga em prol dos interesses brasileiros.

Faleceu no Rio de Janeiro a 19/06/37. foi ocupante da Cadeira Evaristo da Veiga, da Academia Brasileira de Letras, substituindo Rui Barbosa que faleceu em 1923.

JOÃO RIBEIRO

João Ribeiro (J. Batista R. de Andrade Fernandes), jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor, nasceu em Laranjeiras, SE, em 24 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de abril de 1934. Eleito em 8 de agosto de 1898



para a Cadeira n.31, na sucessão de Luís Guimarães Júnior, foi recebido em 30 de novembro de 1898 pelo acadêmico José Veríssimo.

Em inquérito do Momento Literário, de João do Rio, declarou João Ribeiro atribuir a maior importância, para a formação do seu espírito a essa fase de sua vida, quando as excelentes coleções de livros do avô caíram-lhe nas mãos. Além de dedicar-se à leitura, iniciou-se na pintura e na música. Depois de ter concluído na cidade natal os primeiros estudos, transferiu-se para o Ateneu de Sergipe, em Aracaju, onde sempre se destacou como o primeiro da classe. Foi para a Bahia e matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Medicina de Salvador. Constatando que a sua vocação não era a de médico, abandonou o curso e embarcou para o Rio de Janeiro, para matricular-se na Escola Politécnica. Simultaneamente continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura e sobretudo filologia.

Desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez-se amigo dos grandes jornalistas do momento, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Ao chegar ao Rio, trazia os originais de uma coletânea de poesias, os Idílios modernos. Seu amigo e conterrâneo Sílvio Romero leu esses versos e publicou sobre eles um alentado artigo na Revista Brasileira (tomo IX, 1881). Mesmo assim João Ribeiro decidiu não publicá-los. Trabalhou, a princípio, no jornal Época (1887-1888), multiplicando-se por várias seções, sob diversos pseudônimos: Xico-Late, Y., N., Nereu. Em 1888-89 estava no Correio do Povo, com o seu "Através da Semana", onde assinava com as suas iniciais e também com o pseudônimo "Rhizophoro".

Apaixonado pelos assuntos da filologia e da história, João Ribeiro desde cedo dedicou-se ao magistério. Professor de colégios particulares desde 1881, em 1887 submeteu-

se a concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Português, para a qual escreveu a tese "Morfologia e colocação dos pronomes." Contudo só foi nomeado três anos depois, para a cadeira de História Universal. Foi também professor da Escola Dramática do Distrito Federal, cargo em que ainda estava em exercício quando faleceu. A sua atividade no magistério irá se desdobrar com a do autor de uma vasta obra nas áreas da filologia, da história e do ensaio. Escrevia então para A Semana, de Valentim de Magalhães, ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Octavio, entre outros. Ali publicou os artigos que irão constituir os seus Estudos filológicos (1902).

A Academia o escolheu para essa sua primeira vaga. Foi eleito no dia 8 de agosto de 1898 (por 17 votos), tendo tido como concorrente José Vicente de Azevedo Sobrinho (nenhum voto), que mais tarde foi diretor de Secretaria da Academia. Houve naquela primeira eleição três votos em branco. Foi recebido em 30 de novembro daquele mesmo ano, saudando-o José Veríssimo. Na Academia, fez parte de numerosas comissões, entre as quais a Comissão do Dicionário e a Comissão de Gramática. Foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. Seu nome foi apresentado diversas vezes como o de um possível presidente da instituição, mas ele declinou sistematicamente de aceitar tal investidura. Em 22 de dezembro de 1927, porém, a Academia o elegeu presidente. João Ribeiro apresentou, imediatamente, sua renúncia ao cargo.

Possuidor de larga cultura humanística, versado nos clássicos de todas as literaturas, dotado de aguda sensibilidade estética, a sua figura representou bem a época, com o seu ceticismo irônico, materialismo e naturalismo. O livro Páginas de estética, publicado em 1905, encerra o seu ideário crítico. Seu sentido estético o fazia inclinado a valorizar os aspectos técnicos, estruturais e formais da obra literária, embora fosse um crítico impressionista, com tendência à generosidade, tolerância e estímulo aos autores, sobretudo os novos.

ORTOGRAFIA

Na Revista de Língua Portuguesa n. 21, a primeira dúvida levantada é quanto à acentuação da palavra ureter. O consultor diz que Cândido de Figueiredo registrou ureter, que é uma transcrição pouco aceitável. Em Ramiz Galvão, ele acredita que foi melhormente empregado, ou seja, *ureter*, pois está em conformidade com a etimologia e as leis fonéticas. De toda forma, afirma que independente da forma no singular (*ureter* ou *uretér*), o plural será feito sempre em *uretéres*. O problema é que seu uso é muito escasso, por isso é apenas razoável adotar a correção proposta por Ramiz Galvão em seu vocabulário Etimológico: “Certamente não é possível dizer caractér nem ethér, portanto, deve-se dizer ureter”.

Outra questão fora proposta por outro consulente não identificado: qual era afinal, o uso correto da palavra destrinchar, uma vez que João Ribeiro, em suas *Frases feitas* usou destrinçar, filiando-a a desintrincar? Mais uma vez o consultor refere-se a Cândido de Figueiredo para começar a tecer seus comentários. Diz que esse gramático refuta a derivação e afirma que “destrinçar” um negócio não existe. Mas, não é assim que o consultor entende. Ele acredita que em Portugal pode até não existir essa forma, mas, no Brasil, este uso é corriqueiro. Sabe-se que existe o verbo trinchar, que significa cortar, separar, distribuir as carnes: usa por vezes o povo, porém, o termo destrinchar um pato, destrinchar o peru. Deve entrar o prefixo *dês*, cujo valor reforçativo foi assaz demonstrado por Julio Moreira. Não entraria, por analogia, o “destrinchar um pato”, na formação do destrinchar o negócio? Tenha-se em vista que as idéias se aproximam. Destrinchar um pato é partir, separar as diferentes partes das aves, pondo-a em condições de ser comida. Destrinchar um negócio, é separar as dificuldades, pondo-o em condição de ser compreendido ou resolvido. Assim parece ao

consultor que *destrinçar* se corrompeu em *destrinchar*, por influência manifesta do *dês + trinchar* das aves.

Para o consultor,

a explicação é muito satisfatória, embora seja de matéria conjectural e sujeito, portanto, a meditado exame. Não hesitamos em aceitar essa interpretação, pelo menos no sentido nacional ou regional que a expressão Possui no Brasil. Guardamos esta curiosa e interessante anotação das *Frases feitas* para outra oportunidade que não há de faltar.

O Sr. J.S.J. de Itabira faz uma série de questões dirigidas ao diretor da Revista, o ser. Laudelino Freire. Ele afirmou que Dom Silvério, um arcebispo de Mariana, tinha pronunciado doláres, ao invés de dólares. Qual seria a pronúncia correta? Para o consultor, o arcebispo pronunciava mal esta palavra porque no inglês é dólar e tem a sua congênere no alemão thaler, como acento ainda na sílaba inicial. Dessa forma, ignora-se a forma dolár uma vez que não se justifica etimologicamente falando.

Vários foram os questionamentos referentes à ortografia e à ortoepia¹. Uma delas dizia respeito à forma de se escrever Rui (ou Ruy?). O Diretor da Revista diz que a primeira é mais correta porque também é mais moderna. Veja que a modernidade da língua também era “respeitada” pelos puristas, desde que não “desonrasse” a língua pátria. Apesar de se aceitar a grafia *Rui* ainda se mantinha nos ditongos a grafia com Y, como em ley, rey, muy, principalmente em monossílabos.

Quanto à ortoepia, temos *ômega* ou *Oméga*? Para o consultor, não havia dúvida alguma. Era impossível ter outra pronúncia que não fosse ômega. Da mesma forma, deveríamos também dizer, prógono, epígono.

Um consulente remete à *Revista* uma pergunta: afinal de contas, como se deveria escrever: estadual ou estadual? L.L. Fernandes Pinheiro, diz que desde que se organizou a

¹ “Parte da gramática que trata da correta pronúncia dos fonemas. Preocupa-se não apenas com o conhecimento exato dos valores fonéticos dos fonemas que entram na estrutura dos vocábulos, considerados isoladamente ou ligados na enunciação da oração, mas ainda com o ritmo, a entoação e expressão convenientes à boa elocução”. 9BECHARA, 2004: 76).

república com a federação de Estados, sentiu-se logo a necessidade de substituir por outro o adjetivo provincial e começou-se a dizer e escrever estadual. Entretanto ele acha que se deve escrever estadual e assim tem feito sempre em seus escritos. E a razão que tem para assim pensar é que em português os substantivos acabados em ‘o’ formam os seus adjetivos correspondentes, terminados em al, mudando sempre o ‘o’ em ‘u’, como se vê da seguinte lista: ato – atual, ano-anual, caso-casual, rito-ritual, senso-sensual, texto-textual, espírito-espiritual, estado-estadual. Assim, para ele a forma estadual deve ser fixada e geralmente seguida.

Mais adiante, Pontes de Miranda diz que andam por aí a escrever substrato com c:

substracto; e alguém já lembrou de censurar a escrita substrato, que reputa a única certa.

Substracto(?), com c, seria o ‘prostrado, ligado pelos cânones penitenciais a pena de substracção’, segundo se registra em MORAES, Dicionario, Lisboa, 1823, vol. II, pág. 717.

Substrato, sem c, vem de sub-sterno, sub-stravi, sub-stratum, sub-sternere; quer dizer: da raiz STER, e não de outra que desse tractum.

O s de distracção, que constitue um dos motivos da confusão, pertence, ao dis e não ao traho, traxi, tractum, trahere, ao passo que o de substratum pertence ao sterno, stravi, stratum, sternere. Nunca, por isto, conseguiu que os revisores deixassem, na sua obra, abstracto, porque sempre pensam que o s é da raiz, o que muito o aborreceu e não é sem parentesco com o vicio do substracto com c.

Aliás, quem vive a ler a língua alemã ou inglesa logo se acostuma a apurar tais questões de étimo.

Mas, se a favor da separação fonética há argumentos de comodidade, quanto ao c de substracto não há nenhuma.

Portanto, o consultor explica que fica deste modo e nunca colocou c em tal palavra, em que todos ou quase todos os escritores argumentam tal letra. Onde há o c logo o alemão escreve o K ou conserva o c, e não fariam na referida palavra.

No velho Algemeines Verdeutschendew und erkarendes Fremdwörterbuch de J.C. A HYTE, pg 747, primeira coluna, registra-se, no alemão, substratum ou substrat, e não substractum ou substrakt, o que os alemães fariam, rigorosos, como são elles, nestas coisas de etymologia.

Para Miranda,

“Subtrato – a essência, o cerne, o que está no íntimo, o conteúdo – é e não pode deixar de ser como sempre escrevi: sem c. E toda esta breve nota é mera defesa em advertência.”

MORFOLOGIA

Uma outra questão proposta pelo mesmo consulente diz respeito ao uso da preposição na expressão “máquina a vapor”. Não seria máquina de vapor? A essa dúvida, João Ribeiro responde que a expressão máquina de vapor seria a correta, mas o uso adaptou o galicismo máquina a vapor, navio a vela, equação a duas incógnitas, etc. Isto ocorreu porque máquina a vapor é mais clara e expressiva que máquina de vapor, que se poderia aplicar a variedades distintas.

Surge outro questionamento interessante dirigido a Revista, agora do SR. “M.T., curioso estudante” perguntando qual a forma correta nas expressões “candidato a vaga da cadeira de Evaristo da Veiga”; ou “candidato à cadeira de Evaristo da Veiga”.

João Ribeiro afirma não há dúvida que a primeira dessas formas é a única verdadeiramente correta e é também a que se conforma com a inteligência verdadeira do assunto.

A cadeira de Evaristo da Veiga é inseparável do seu nome de patrono perpétuo e nenhum candidato eleito logrará eliminá-la. Não há, pois, e não pode haver candidato à cadeira de Evaristo da Veiga.

Os candidatos são “candidatos a essas vagas” sucessivas e já é pouco preenchê-las por merecimento. Seria um excesso supor que os candidatos vão tomar o lugar dos patronos, suprimindo-os.

Acresce que “candidato a vaga” ou preencher a vaga (e não encher ou preencher cadeiras), é o termo técnico nessas coisas.

Só quando a vaga existe é que é possível nela prover o candidato, logo o termo essencial é a vaga, e não a cadeira.

O consultor ainda diz, pois: Candidato a cadeira de “Evaristo da Veiga”, suporta-se como expressão inteligível e tolerável, mas naturalmente elíptica, e está longe de ser considerada mais correta, quando o é muito menos.

Vaga é uma forma substantivada do adjetivo – vago. Subtende-se lugar vago, posição vaga, isto é, desocupada, e é essa condição e circunstancia que explica a existência de candidatos, quando o numero de lugares é restrito e determinado.

O assunto foi evidentemente provocado pelos últimos acontecimentos da Academia de Letras. Mas parece-nos que, podendo haver sempre candidatos a quaisquer cadeiras, a Academia só toma em consideração as candidaturas às vagas existentes, isto é, aos lugares desocupados.

Mas, uma das discussões mais interessantes foi a que disse respeito aos adjetivos pátrios. A asserção foi feita por alguém que se denomina “um discípulo”. Ele, de maneira indignada, assim escreve:

Leio na *Revista de Língua Portuguesa*, n. 20, a página 65, um rol de nomes pátrios. Penso que deve haver uma uniformização desinencial para tais nomes na língua luso-brasileira. E tais desinências são, a meu ver, desautorizadíssimas: ano (para os nomes masculinos, baiano); ense (do latim ensis) e ês (do

latin *ensen*). Por que *Aberita* e *Abexim*, *afegan* e *alcobacense*, *catalão* e *búlgaro*, *bávaro*, *bysantino*, *candiotá*, *extremenho*, *esquimáu*, etc? Estarei com a razão, ou em erro? Se em erro, qual o critério seguir?

Quem vai responder a esta dúvida é João Ribeiro. Para ele, o único critério a seguir é o próprio uso, ou seja, acaba admitindo que não existem regras específicas para subsidiar este ou aquele emprego desinencial. Acredita que não se tem autoridade suficiente para expelir do vocabulário, sob o pretexto de uniformidade as palavras que seguiram suas próprias leis de derivação nas línguas estrangeiras de onde vieram.

É certo que as derivações *ano* e *ense* são latinas e usuais. Observa-se, porém, que existem derivações, como *brasileiro*, *mineiro*, *seringueiro*, em nomes gentílicos aos quais foram a elas adaptadas os sufixos *eiro*, que é próprio de ofício e ocupação mecânica.

Essa variedade apresentada pelo discípulo são formas originárias que não se deve alterar: o *obderita* contém a terminação grega, usual em nomes gregos, *Abdera*, *abderita*, *Sybaris*, *stagyryus*, *stagyrita* e até em nomes hebraicos que vieram com a tradução grega na Bíblia: *Moab*, *moabita*; *Sodoma*, *sodomita*, etc.

Existe ainda uma outra terminação helênica e moderna: *ota*, como em *candiotade* *Candia*, *Cipriota* de *Chipre*. *Abexim* é a forma antiga e popular de *Abssínio*.

A terminação *enho*, por sua vez, é espanhola: *extrememho*, *portenho*, *malaguenho*, *caatamarguenho* e *chilenho* menos usado que *chileno* (ambas as formas existem na língua castelhana). Esse sufixo *enho* é o mesmo *eno* em português, que se confunde com *ino* em vários casos. Têm-se, por exemplo, *byzantino*, *argelino*, *alexandrino*, *tridentino*, *paltino*, como têm-se *agareno*, *sarraceno*, *tyrreno*, *moreno* (de mouro). O sufixo *ino* veio do latim.

Daí, conclui-se que a única e verdadeira regra é o uso. Não importavam, portanto, as tendências reformistas e uniformizadoras. Para João Ribeiro, o termo inglês ofereceria grandes dificuldades porque de fato não existe o radical *inglo* e como se conhece na língua

portuguesa o *anglo*, haveria de mudar inglês para anglês. Em germano e alemão, há o sufixo latino *ano*, mas a palavra *man*(homem) foi posposta a este sufixo, daí germano e alemano. Por isso, haveria se se fabricar também o germanês e alamanês.

Mais uma vez, o consultor afirma que é “o uso geral a norma mais adequada ao bom emprego dos vocábulos” (*RLP*, 1923, n.21).

Em Maceió, um consulente, José Antonio Silva apresentou a seguinte queixa: “Na imprensa de minha terra está ativa uma polêmica literária, referente às grafias *Escotismo*, *escoteismo* e *escoteirismo*”. Ele pareceu tão desesperado, que ao escrever, diz que “do saber indígena apello...” para as luzes dessa *Revista*, que a considera como Supremo tribunal a quem todos devem respeito.

Para João Ribeiro, a dúvida se restringe às questões morfológicas. Para chegar a alguma explicação, é necessário que anteriormente, se façam esclarecimentos acerca da formação arbitrária desse vocábulo já muito popular no Brasil.

Foi em São Paulo que se procurou imitar e implantar a excelente instituição inglesa do Boy-Scout. Desde logo pensaram que o melhor não seria traduzir o vocábulo scout (batedor, vedeta, eclaireur) senão por alguma forma portuguesa aproximada e acharam *escote*, que, aliás, na língua vernácula absolutamente nada tem que ver com *scout*. A verdadeira forma seria escolta.

Referindo-se a *escote* era natural que derivasse, *escoteiro* como derivariam *escolteiro* no segundo caso. Admitindo o erro inicial que não parece tarde para corrigir, as derivações normais devem ser *escoteiro* e *escotismo*. Não tem lugar, portanto, para as formas bárbaras *escoteismo* e *escoteirismo* apresentadas pelo informante. Entre os termos náuticos, existem as palavras *escotilha* e *escoteiro*. Diz-se *escoteiro* do navio leve que anda rápido e do que vai só. Nenhum desses sentidos, portanto, corresponde ao *Boy-scout* dos ingleses.

Ribeiro ainda acredita que de todo não passou o tempo para alteral *escoteiro* em *escolteiro* de conformidade com antigos radicais de uso: *escolta*, *escoltar* já familiares. Entretanto, um dos grandes elementos de êxito nas coisas da moda é o peregrinismo da expressão, como sucede ao *foot ball*.

Na revista de n. 22, surge a dúvida de como se deve se referir à doença: *o cholera* ou *a cholera*? Há várias discussões, pois, alguns dicionários portugueses, o Aulete, por exemplo, não se conformam com essa pretensa generalidade e fazem cólera nome masculino. Ruy Barbosa, escreve a cólera sempre, ao passo que João Ribeiro em vários lugares de sua obra diz o cólera.

O Snr. P.V. acrescenta ainda que o cólera é galicismo. O seu modo de argumentar é muito discutível porque a expressão técnica e científica é cólera morbus, e neste caso, a palavra determinante não pode ser cólera, mas morbus, que é masculina outra não pode ser a regra: o morbus chamado cholera.

Em geral, na língua latina, é o segundo elemento dos compostos aquele que designa o gênero; dizemos o terremoto ou terramoto e não a terra moto e assim é que os gêneros dos nomes se definem: o amazonas (rio) e não as amazonas etc, seguindo sempre o gênero da palavra geral e não da restritiva.

A questão de ser galicismo é impertinente. O galicismo, aliás, não deve ser motivo de horror e sim de exame; do contrário, a comparação dos idiomas ou o método comparativo que é próprio dos estudos lingüísticos só deveria ser adaptado sob a reserva de que as comparações com o francês são odiosas e devem ser repelidas.

Convém ainda ajuntar que não é só o francês; também o espanhol diz **el cólera**, no caso aludido. E no Brasil não se diz de outra forma, a não ser por intenção de seguir o uso português, que não é tão absoluto como se presume.

A conclusão mais razoável é a de que o vocábulo geralmente é masculino no Brasil no uso popular e é feminino segundo o uso mais seguido por Portugal.

Alguns escritores brasileiros, notáveis, seguem a última lição.

Mas, considerar a opinião diversa erro grave ou torpe galicismo e excesso que só compreende na Linguagem das Trivialíssimas indignações de puristas irreduzíveis.

SEMÂNTICA

O Sr. B.P. pede à *Revista* seu parecer acerca do verbo *editar*, e razão do processo que está sofrendo, depois de ter sido usado com tanta assiduidade.

O consultor responde que parece ser de fato um galicismo, o que não é bastante para condená-lo, nem é razoável que o justifiquem aqueles que tão acirrada guerra fazem os francesismos. O ser bem formada uma palavra estrangeira não é razão suficiente para também adotá-la, pois que todos os peregrinismos de importação possuem a excelência de serem bem formados. A aceitação depende exclusivamente da adoção, isto é, do uso comum: e de mais nada depende.

Apesar dessa boa formação, a palavra *editar* oferece dúvidas que até hoje persistem na língua inglesa. Os ingleses adotaram *editor* e *to edit*, mas em sentido especial e distinto de *publischer* e *to publish*. Henry Bradley, em seu livro *The making of English* estuda o conflito entre essas duas palavras de origem latina que penetraram no vocabulário inglês. Para os ingleses, *editor* (francês *editeur*) é aquele que prepara o texto de qualquer edição, não de obra própria, mas alheia. *Publisher* é o impressor encarregado da difusão e venda dos exemplares. Desta arte, pode-se usar *editorar* com o sentido que os ingleses dão ao editor e os alemães ao *Herausgeber*, que não é o mesmo de impressor e livreiro.

A boa formação de *editar* não destruiu a ambigüidade que veio de serem na Renascença os grandes editores ao mesmo tempo impressores dos livros da Antigüidade clássica. Para os da modernidade, *editor* substitui geralmente o impressor que adianta as despesas do livro. Com o sentido inglês (que é o antigo na civilização latina), chamam-se artigos editoriais aos da responsabilidade do escritor e diretor de qualquer gazeta. *Editor* responsável é o mesmo que autor responsável e nunca jamais impressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista de Língua Portuguesa dirigida por Laudelino Freire tinha várias funções. Uma delas era a de responder as dúvidas de todos os brasileiros em relação ao bom uso da língua materna.

Percebe-se que os membros desse periódico pertenciam a uma linha de pensamento, considerado hoje por nós conservador e purista. João Ribeiro, entretanto, ao dar suas respostas deixava transparecer uma certa tendência em se debruçar sobre os novos rumos que tomava a lingüística no tocante ao respeito ao uso popular, não se importando com os estrangeirismos ou com o emprego de algumas palavras que, mesmo sem justificativas etimológicas, eram cidadãs brasileiras.

Não se sabe, porém, é se a presença dele neste período trouxe algumas conseqüências para a Revista, pois fora ela criada por Laudelino Freire para resistir exatamente às novidades modernistas que se assomavam no uso da língua e no ensino da mesma nas escolas. A norma culta podia ser assim também considerada mesmo utilizando termos populares. Não mais se exigia o rigor da língua de Portugal, afinal estávamos no auge da Modernidade paulista com a Semana de 22.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 37ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BITTENCOURT, Liberato. *Brasileiro Ilustrado: Sergipanos ilustrados*. Rio de Janeiro. 1913.

GUARANÁ, Armindo. Dicionário bio-bibliográfico sergipano. Rio de Janeiro, 1925.

FREIRE, Laudelino. *Revista de Língua Portuguesa*. Seção Consultas. 1923, n. 23.